

MARIELE NOGUEIRA DE OLIVEIRA
RA 113033 E-MAIL: mariele.nogueira1@gmail.com
MARILUCE BITTAR
RF 23787 E-MAIL: bittar@ucdb.br

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA NAS
TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES - 1996 a 2010**

UCDB
CAMPO GRANDE-MS
JUNHO/2010

MARIELE NOGUEIRA DE OLIVEIRA
RA 113033 E-MAIL: mariele.nogueira1@gmail.com
MARILUCE BITTAR
RF 23787 E-MAIL: bittar@ucdb.br

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA NAS
TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES - 1996 a 2010**

Plano de Trabalho apresentado à Seleção do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UCDB, Edital nº 002/2010, da Universidade Católica Dom Bosco sob a orientação da Profª Drª Mariluce Bittar

UCDB
CAMPO GRANDE-MS
JUNHO/2010

SUMÁRIO

1 – TEMA.....	4
2 – PROBLEMA.....	4
3 – JUSTIFICATIVA.....	4
4 – OBJETIVOS.....	5
4.1 – Geral.....	5
4.2 – Específicos.....	5
5 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	5
6 – METODOLOGIA.....	5
7 – CRONOGRAMA.....	6
8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	6

1. TEMA:

Produções Científica Sobre Acesso e Permanência Nas Teses E DISSERTAÇÕES DA CAPES - 1996 a 2010

2. PROBLEMA

Como estão discutidas as categorias “acesso” e “permanência” nas Teses e Dissertações da CAPES, no período de 1996 a 2010

3. JUSTIFICATIVA

Este Plano de Trabalho está inserido no Subprojeto de Pesquisa Interinstitucional intitulado: “Acesso e Permanência no Processo de Expansão da Educação Superior”, coordenado pelas Professoras Mariluce Bittar (UCDB) e Maria do Carmo de Lacerda Peixoto (UFMG), aprovado pelo Edital Universal CNPq-2009, com o objetivo geral de “analisar as implicações das políticas de expansão da Educação Superior no Brasil, pós-LDB – (Lei nº 9394/1996), para o processo de acesso e permanência de estudantes nesse nível de ensino”. Esse Subprojeto vincula-se, por sua vez, ao Projeto Interinstitucional de Pesquisa “Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil pós –LDB, desenvolvido pela Rede Universitas/Br¹, cujo objetivo consiste em “analisar as políticas de expansão da educação superior no Brasil, no período compreendido entre a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ocorrida em 1996, e o prazo para a implantação do Plano Nacional de Educação (PNE), previsto para 2011.

Esses Projetos são desenvolvidos no âmbito do GT Política de Educação Superior da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPEs)², vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da UCDB. Dessa forma, este Plano de

¹ A Rede Universitas/Br é um Projeto Integrado de Pesquisa, iniciado em 1993 e formalmente apoiado pelo CNPq, desde 1996, que apresenta como principais objetivos analisar e avaliar a produção científica sobre educação superior no Brasil, de 1968 a 2002, e desenvolver uma Biblioteca Virtual, Universitas/Br, contendo documentos sobre o tema. A pesquisa é coordenada nacionalmente pela Prof. Dra. Marília Morosini (PUCRS) e reúne um grupo de pesquisadores e de bolsistas da UFRGS, UCDB, FURB, UFPR, UFRJ, UCP, UFF, UERJ, UFMG, UNIMEP, UNIFESP, UFAL, UFPA, UFMT, UFG, , USP, UFSCar, congregados no GT Política de Educação Superior da ANPEd.

(Fonte: www.anped.org.br/docprovisorio/programa_universitas2006.htm)

² O GEPPEs funciona desde 1999 e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em educação da Universidade Católica Dom Bosco. Reúne pesquisadores de Graduação, Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado de várias IES da Região Centro-Oeste que desenvolvem projetos de pesquisa individuais e coletivos sobre políticas de educação superior. Vincula-se, também, à Rede Universitas/Br e ao GT Política de Educação Superior da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – ANPEd. (Fonte: <http://www.ucdb.br/mestradoeducacao/grupogepes>)

Trabalho apresenta como preocupação central analisar como estão discutidas as categorias “acesso” e “permanência”, na produção científica sobre educação superior, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

A Rede *Universitas/Br* reúne um grupo de pesquisadores e bolsistas de várias universidades do Brasil. Este grupo produziu coletivamente várias coletâneas, artigos em periódicos, livros e capítulos de livros sobre as políticas de educação superior no Brasil. O projeto que desenvolve atualmente é composto por seis subprojetos, sendo que um deles é o que se desenvolve por pesquisadores do GEPPES e que apresenta como preocupação central a análise das políticas de acesso e permanência na educação superior.

Como estudante do curso de Psicologia da UCDB, tive a oportunidade de ingressar no Programa de Bolsas de Iniciação Científica da mesma Universidade, desenvolvendo o Plano de Trabalho que investiga as diferenças raciais no acesso e permanência na educação superior em Mato Grosso do Sul. Desse modo, a necessidade de aprofundar, do ponto de vista teórico, as categorias “acesso” e “permanência” para subsidiar as futuras pesquisas do GEPPES, em especial o Subprojeto anteriormente mencionado.

4. OBJETIVOS

Geral

- Analisar como se encontram discutidas as categorias “acesso” e “permanência” nas Teses e Dissertações da CAPES, no período de 1996 a 2010

Específicos

- Identificar as Teses e Dissertações que discutiram direta ou indiretamente as categorias “acesso” e “permanência”, no período de 1996 a 2010.
- Investigar como se encontram discutidas essas categorias e quais suas principais tendências.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

As políticas para a educação superior implantadas pelos governos pós-64 foram inicialmente direcionadas para atender às necessidades decorrentes da expansão do desenvolvimento econômico e às exigências impostas pelo mercado de trabalho (SOUZA, 1981).

No período de 1960-1980, a pressão do mercado para ampliação do sistema educacional era crescente tendo como uma das causas a situação no final dos anos 1960, devido ao elevado número de alunos excedentes (aprovados nos exames vestibulares de universidades públicas, mas que não podiam ser admitidos por falta de vagas). Por exemplo, o número de excedentes em 1969 superava o índice de 161 mil, quantidade que equivalia à quantidade total de matrículas de 1965 (SAMPAIO, 2000).

Com a lei 5.540/1968, nos anos 1960, a luta dos estudantes por vagas nos cursos superiores acabou tendo como consequência a expansão do ensino privado e a abertura de faculdades no período noturno. Porém, os cursos noturnos, que atualmente representam a maior parcela do número de matrículas, foram iniciados há menos de 50 anos. Conforme constata Gonçalves (1987, p. 11):

Se, em condições normais, o estudo deveria preceder ao trabalho, de modo que, somente após completada a formação escolar e profissional, o estudante passasse a exercer a atividade profissional, a realidade dos fatos, emergente das condições socioeconômicas, reúne freqüentemente, na pessoa do trabalhador, a dupla condição de empregado e estudante. Inverteram-se de há muito, os termos da proposição: em lugar de estudar para poder trabalhar, trabalha-se para poder estudar.

Em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- nº 9.394. A educação superior, na nova Lei tem um capítulo específico, no qual várias questões foram modificadas, se comparando com a antiga Lei 5.540 de 1968. Estas modificações retratam o contexto político no qual o neoliberalismo tem papel fundamental na diferenciação de diretrizes para as universidades. Para Silva Junior, “[...] a reconfiguração do ensino superior, assim, aponta para a ‘universidade de resultados’, cujo modelo padrão é comparado ao de empresas” (2000, p. 48). Orientações preconizadas pela LDB/1996, como por exemplo, flexibilização, heterogeneidade e diversificação da educação superior, continuam apontando para a “modernização da universidade” conforme assevera Valdemar Sguissardi:

Este capítulo é verdadeira plataforma legal ou moldura jurídica em que se apoiara uma serie de ações de reforma em grande medida identificada com as recomendações dos organismos multilaterais já referidos, mas de há muito também defendidas por analistas e mentores nacionais da modernização do sistema de educação superior do país. (2000, p. 30)

No final dos anos 200 problemas históricos da educação superior no Brasil ainda não foram resolvidos no âmbito das políticas públicas de Estado, especialmente no que diz respeito à efetiva democratização desse nível de ensino. Nesse sentido é que a discussão sobre o acesso e, sobretudo, a permanência, adquire maior relevância.

Entre os fatores que podem obstaculizar a permanência do estudante na educação superior podem ser citadas: a questão financeira, o transporte coletivo, a segurança e as condições de infra-estrutura da instituição de ensino. Além disso, os problemas vinculados ao processo ensino-aprendizagem, como a relação professor-aluno e o tempo necessário para dedicação aos estudos são fatores que também dificultam essa permanência.

6. METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa, pois estará pautada fundamentalmente na leitura e análise das Teses e Dissertações no Banco de dados da CAPES, no período de 1996 a 2010.

Num primeiro momento serão identificadas as Teses e Dissertações que trabalharam, direta ou indiretamente das categorias “acesso” e “permanência”. Posteriormente serão realizadas análises do conteúdo, com base nessas categorias e nas subcategorias encontradas e vinculadas a essas, como por exemplo: inclusão, exclusão, evasão, entre outras.

É importante ressaltar que o período definido para análise compreende os anos de 1996 (ano da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei n. 9394/1996) a 2010 (último ano do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva). Além disso, esse também é o período definido nas análises do Subprojeto “Acesso e Permanência no Processo de Expansão da Educação Superior, pós-LDB”

6-CRONOGRAMA

As atividades deste Plano de trabalho terão início no mês de agosto de 2010 e transcorrerão até o mês de julho de 2011, sendo distribuídas da seguinte forma:

ATIVIDADES	2010					2011						
	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.
Leitura e análise de bibliografia relacionada à temática	X	X	X	X	X	X	X					
Identificação dos Programas de Permanência da UCDB			X	X	X							
Análise dos Programas							X	X	X			
Análise dos históricos escolares dos estudantes bolsistas							X	X	X			
Elaboração de relatório parcial			X									
Sessões de orientação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração de artigo científico											X	X
Participação em eventos científicos				X				X				
Elaboração de relatório final											X	X

7. REFERÊNCIAS

BITTAR, Mariluce; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. **Acesso e Permanência no Processo de Expansão da Educação Superior** – pós-LDB/1996. Campo Grande, UCDB. Projeto de Pesquisa, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

GONÇALVES, E. **O estudante no direito do trabalho**. São Paulo: LTR, 1987.

INEP. **Sinopse estatística da educação superior: graduação 2002**. Brasília, DF, 2003

SOUZA, M. I. S. **Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964**. Petrópolis: Vozes, 1981.

SAMPAIO, H. **Ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: FAPESP: HUCITEC, 2000.

